

A universalidade da Categoria Mulher e a potencialidade da Interseccionalidade: uma leitura político-feminista de Judith Butler e Patricia Hill Collins

Anna Karla Domingues

Prof. Dr. Carlos Eduardo Souza Aguiar (Orientador)

Resumo

A universalização da categoria mulher é uma questão que persiste nas ações afirmativas e movimentos político-feminista. Essa universalização rejeita qualquer mobilização que apresente uma multiplicidade de mulheres, enquanto ignora a existência de coalizões políticas que articule discussões interseccionais. Este artigo busca refletir como essa rejeição da multiplicidade afeta as mulheres, as ações políticas e seus desdobramentos no feminismo. Traçando um caminho com base em Judith Butler, o artigo expõe a crítica à metafísica da substância e o gênero enquanto performativo. Acerca das ações afirmativas e movimentos políticos se evidencia as políticas de coalizões, abertas e particulares, articulando-as com os estudos interseccionais de Patricia Hill Collins, visto que, as mulheres são afetadas por diversos sistemas de poder, econômico e social, por normas de gênero e sexualidade. Dessa maneira, a interseccionalidade se faz importante para refletirmos junto e além das teorias feministas, como isso afeta as ações afirmativas e quais são caminhos possíveis.

Palavras-chave: Feminismo; Metafísica da Substância; Ação-Política; Coalizão; Interseccionalidade.

Introdução

As mulheres durante a primeira e segunda onda feminista foram colocadas dentro de uma categoria única e universal. A categoria mulher servia para englobar todas aquelas que tinham como destino biológico “ser mulher”, um gesto universalizador que excluiu todas aquelas mulheres que não se enquadravam no sujeito original eurocêntrico. Com a chegada das teorias críticas feministas, há uma proposta de refletir junto e além daquilo já posto pelas lutas anteriores. Uma das teóricas mais importantes é Judith Butler (2022), que propõe um desmonte da categoria mulher com base na crítica à metafísica da substância. Em consonância a esse movimento, a teoria interseccional ganha destaque, pois possibilita o aprofundamento da noção de múltiplo dentro do feminismo, como abordado por Patricia Hill Collins (2020). Essa teoria nos leva a analisar as

experiências de cada pessoa que se identifica como mulher e seus marcadores de raça, classe, gênero, religião e outros, respeitando a individualidade de cada sujeito enquanto se movimentam em conjunto.

Ao destacarmos a problemática da universalização dentro do feminismo, que ocorria nas ações e movimentos passados tanto quanto ainda ocorre nas ações e movimentos atuais de maneira diferenciada, estamos também evidenciando que ocorre uma forte exclusão das mulheres com seus marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade dentro de determinados grupos feministas. Em um primeiro momento, a questão da universalidade parece ser assentada pelo desmonte da categoria mulher proposto por Butler, uma reflexão crítica de muito valor para as questões de gênero e sexualidade, principalmente sua crítica radical a divisão sexo/gênero. A teoria performativa satisfaz a questão da identidade de gênero como um aparato de produção pré-discursivo com uma aparência de substância. Essas noções normativas têm suas razões e motivações políticas porque há um esforço dentro do movimento feminista em identificar um patriarcado universal que oprime um sujeito universal.

Esse gesto universalizador e normativo é opressor, contribui para enfatizar relações heterossexistas, raciais e de classe, afetando as ações político-feministas e seus desdobramentos. Essa insistência que observamos na categoria mulher enquanto unidade do feminismo, que representa todas as mulheres possíveis, rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas. Esses desdobramentos se tornam ainda mais resistentes nas relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, afetando todos os aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim sendo, o foco da interseccionalidade na vida das mulheres oferece um espaço para análises alternativas de fenômenos sociais elitizados e vindos da branquitude, dessa maneira, em vez de observarmos as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade de Hill Collins fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade e outras, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo.

Crítica à universalidade na Categoria Mulher

Ao revisitarmos a história do movimento feminista, composta por três principais ondas, podemos observar que durante a primeira e segunda onda feminista havia uma crença na identidade única e definidora do sujeito mulher, compreendida pela categoria de mulher universal. Apesar desse período ter oferecido uma série de ganhos para as mulheres, com a chegada da terceira onda surge a necessidade de refletir novos objetivos para o movimento feminista. O principal propósito, junto à teoria crítica, é o desmonte da categoria mulher, que tem como precursora a filósofa feminista Judith Butler, autora da obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2022). (ZIRBEL, 2021)

É fundamental repensarmos dentro da prática e teoria político feminista, as construções epistemológicas e ontológicas de identidade, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Butler propõe empreender uma crítica radical a divisão sexo/gênero, ou seja, a crença de que o sexo é biológico e o gênero culturalmente construído, que estabelece uma base única e permanente do feminismo, buscando libertar o movimento das práticas excludentes.

Concebida originalmente para questionar a formulação que a biologia é o destino, a distinção sexo/gênero atende à tese de que, por mais que o sexo parece intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. [...] Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia a constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que o gênero também deva permanecer em número de dois. [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero: a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (Butler, 2022, p. 26/27).

Nesse sentido, não há razão para definirmos o gênero como a interpretação cultural do sexo, pois o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos como “pré-discursivo”, ou seja, anterior à cultura. “Colocar a

dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas.” (Butler, 2022, p. 28)

Há uma aparência de substância que vemos na linguagem hegemônica, essa é performativa da própria linguagem e/ou do discurso que oculta do sujeito a realidade de se identificar com um sexo ou gênero, logo, “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível; isso ocorre e é formalizado pela chamada metafísica da substância. Butler, então, traça um caminho teórico-crítico em relação as noções discursivas do sexo/gênero e a categoria mulher enquanto universalizante. Para realizar esse movimento, é utilizado o argumento de Michel Haar em um comentário sobre Nietzsche e o discurso filosófico:

Esses construtos, constituem os meios filosóficos artificiais pelos quais a simplicidade, a ordem e a identidade são eficazmente instituídas. Em nenhum sentido, todavia, eles revelam ou representam uma ordem verdadeira das coisas. Para nossos propósitos, essa crítica nietzschiana torna-se instrutiva quando aplicada às categorias filosóficas que governam uma parte apreciável do pensamento teórico e popular sobre a identidade de gênero. Segundo Haar, a crítica à metafísica da substância implica uma crítica da própria noção de pessoa psicológica como coisa substantiva: A destruição da lógica por intermédio de sua genealogia traz consigo a ruína das categorias psicológicas fundamentadas nessa lógica. Todas as categorias psicológicas (eu, indivíduo, pessoa) derivam da ilusão da identidade substancial. [...] O sujeito, o eu, o indivíduo, são apenas conceitos falsos, visto que transformam em substâncias fictícias unidades que inicialmente só têm realidade linguística. (Butler, 2022, p. 49/50)

As afirmações “ser” mulher e “ser” homem são sintomáticas dessa metafísica da substância do gênero. Tais afirmações tendem a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, levando a conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo. Para que isso ocorra, a chamada heterossexualidade institucional exige e produz a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema binário oposicional. Essa concepção, não apenas pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero e vice-versa. Como posto por Butler, esse é o “velho sonho da simetria”, retificado e racionalizado, seja por um viés naturalista que estabelece uma continuidade causal, seja como paradigma expressivo autêntico do verdadeiro eu.

Se dispensamos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente intacta. A noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes. Assim sendo, o gênero como substância, isto é, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vêm questionados pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade. (Butler, 2022)

Logo, o gênero não é um substantivo nem tão pouco um conjunto de atributos flutuantes, pois o seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras de coerência de gênero. As normas de gênero mostram ser performativas no interior do discurso herdado da metafísica da substância, ou seja, constituinte da identidade que supostamente é.

Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que seja obra de um sujeito dito como preexiste à obra. No desafio de repensar as categorias de gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *Genealogia da Moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmaríamos como corolário: Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados (Butler, 2022, p. 56)

Essa construção de atributos e substâncias presentes na noção de metafísica da substância tem suas razões políticas relacionadas à categoria de mulher enquanto universalizante. Afinal, há um esforço dentro do movimento e teorias feministas de identificar um inimigo e opressor unívoco, um patriarcado universal que oprime um sujeito universal, logo, esse gesto opressor pode contribuir para enfatizar relações heterossexistas, raciais e de classe.

Para Butler, as opressões não podem ser classificadas, listadas, relacionadas e distribuídas causalmente ou tidas como originais e derivadas; as interseções sexuais, de raça e classe não podem ser hierarquizadas e colocadas na posição de “condição primária de opressão” ou qualquer outra posição que seja. Mas, os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo, colocam de

outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estruturas compartilhadas de opressão. Esse gesto globalizante gerou certo número de críticas da parte das mulheres que afirmam ser a categoria das “mulheres” normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e raça permanecem intactas. (Butler, 2022)

Como a rejeição à multiplicidade afeta as Mulheres dentro do movimento Político-feminista

Quando falamos das mulheres em sua multiplicidade estamos nos referindo aquelas com seus diversos marcadores de raça, classe, sexualidade e gênero (entre outros), sempre respeitando e preservando as vivências e experiências de cada mulher, como também dos grupos que essas mulheres fazem parte. Para que isso ocorra é necessária uma teoria crítica feminista que explore as afirmações totalizantes de uma economia significativamente masculinista, ao mesmo tempo que permanece autocrítica aos gestos totalizantes do feminismo. Segundo Butler, a insistência na categoria mulher enquanto unidade universal que representa as mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres”.

Uma maneira de refletirmos acerca da multiplicidade dentro do movimento político-feminista é com a chamada política de coalizão aberta, realizada por meio de encontros dialógicos. Ao trabalhar a noção de coalizões, Butler apresenta algumas críticas e alguns pontos positivos referente a essa ação política. Há um esforço em formular políticas de coalizões que não pré-determine qual é o significado da noção de “mulheres”, uma maneira de tentar driblar o universalismo dentro do movimento, propondo então um encontro de diálogos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente.

Podemos observar um impulso democratizante que motiva a construção de coalizões com base no diálogo, mas esforços correlatos para determinar qual é e qual não é a verdadeira forma

de diálogo, aquilo que constitui a posição do sujeito, podem impedir a dinâmica de autoformação e autolimitação da coalizão. O entendimento dialógico também pode encerrar parte da aceitação de divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo tortuoso de democratização.

A própria noção de “diálogo” é culturalmente específica e historicamente delimitada, e mesmo que alguma das partes esteja certa de que a conversação está ocorrendo, a outra pode estar certa de que não. Em primeiro lugar devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas. De outro modo, o modelo dialógico corre o risco de degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam iguais posições de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui “acordo” e “unidade”, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos. (Butler, 2022, p. 40)

Ou seja, sem a pressuposição ou o objetivo de uma unidade pré-determinada, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade; e sem a expectativa compulsória de que as ações e movimentos feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre a identidade da categoria mulher, essas ações poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de “mulheres” para as quais o significado da categoria está em permanente debate, visto que seria errado supor a existência de uma categoria única de mulheres da qual necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, sexualidade e gênero (entre outros) para torna-se completa. A hipótese de uma incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva, formando uma política de coalizão aberta. (Butler, 2022)

Outra noção trabalhada por Butler que nos auxilia a refletir acerca das mulheres no movimento político-feminista é a proposta de “formas feministas de resistência”, apresentada na obra *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas de uma teoria performativa de assembleia* (2018). A interdependência é um ponto importante para compreensão do que é a ação política. Ao refletirmos essa questão eticamente, podemos observar que é preciso encontrar um conjunto de ligações e alianças, de ligar a interdependência ao princípio de igual valor, e realizar esse

movimento de uma maneira que se oponha aos poderes que determinam a condição de reconhecimento diferencialmente, ou que interrompa sua operação dita como certa. Uma vez que a vida é entendida como valiosa e interdependente, certas formulações resultam daí.

É somente como criatura que reconhece as condições de interdependência que garantem a nossa persistência e o nosso florescimento que qualquer um de nós pode lutar pela realização de qualquer uma dessas importantes metas políticas em tempos nos quais as próprias condições sociais de existência estão sendo ameaçadas pela política e pela economia. (Butler, 2018, p. 50/52)

Para Butler, podemos considerar as mulheres como especialmente interdependentes e vulneráveis pois é uma categoria intersectada por classe, raça, idade e vários outros vetores de poder e espaços de potencial discriminação e injúria. No entanto, essa afirmação pode significar que as mulheres têm uma vulnerabilidade imutável e definidora, o que fortalece disposições paternalistas de proteção. Quando isso ocorre, o ativismo feminista não apenas reivindica autoridade paterna para práticas e proteções especiais, como também afirma a desigualdade de poder que situa as mulheres em uma posição de impotência e, conseqüentemente, os homens ficam em uma posição mais poderosa.

Esse é um entendimento bastante diferente daquele que afirma, por exemplo, que as mulheres são ao mesmo tempo vulneráveis e capazes de resistência, e que a vulnerabilidade e a resistência podem acontecer, acontecem, e até mesmo devem acontecer ao mesmo tempo:

Como vemos em certas formas de autodefesa e de instituições feministas (abrigos para mulheres agredidas, por exemplo) que buscam proporcionar proteção sem aumentar os poderes paternalistas, e como acontece por meio das redes que apoiam as mulheres trans na Turquia ou em qualquer outro lugar onde a categoria expandida e expansível das mulheres sofre assédio ou injúria em virtude de aparecer como aparece. (Butler, 2018, p. 155)

É inegável que as mulheres sofrem uma vulnerabilidade diferenciada, principalmente aquelas que vivem em situação de precariedade.¹ Por exemplo, elas sofrem de maneira

¹ A precariedade é a noção que engloba as mulheres, os queers, as pessoas transgêneros, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, as minorias raciais e religiosas: é uma situação social e econômica, mas não uma identidade. A precariedade vai além dessas categorias e produz alianças entre aqueles que não reconhecem que estão interrelacionados e interconectados uns com os outros.

desproporcional com a pobreza e o analfabetismo, duas dimensões muito importantes de qualquer análise global da condição das mulheres. Há formas feministas de resistência que são populares e extralegais, a dinâmica dos movimentos de massa, as iniciativas da sociedade civil e formas de resistência política informadas e mobilizadas pela vulnerabilidade; mesmo que essa não sirva como uma característica definidora das mulheres como grupo. (Butler, 2018)

As ações político-feministas e as formas feministas de resistência realizam movimentos plurais que enfatizam a importância da multiplicidade das mulheres no feminismo, não apenas como algo teórico e acadêmico, mas como atividade prática. Há, então, uma aliança entre os diversos grupos de mulheres que compõem as associações político-feministas, que não designa uma identidade única e universal, mas sim uma aliança na luta por justiça social, política e econômica; em vista disso, a rejeição a multiplicidade afeta diretamente os sujeitos do feminismo e as ações político-feministas.

A potencialidade conceitual da Interseccionalidade para o Feminismo

A noção de interseccionalidade traz consigo algumas ideias centrais, como a desigualdade social, o poder, a relacionalidade, o contexto social, a complexidade e a justiça social, que foram elaboradas no contexto de movimentos sociais que enfrentam as crises de seu tempo, sobretudo os desafios de colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista. A professora e socióloga Hill Collins junto a também professora e socióloga Sirma Bilge, apresentam, na obra *Interseccionalidade* (2020), como as mulheres (com seus diversos marcadores de raça e classe), são afetadas não apenas por um desses sistemas de poder, mas pela articulação entre eles.

Alguns especialistas contemporâneos afirmam que a interseccionalidade *não existia* antes da década de 1980 e do início da década de 1990, isso acontece pois a nomenclatura *interseccionalidade* só foi de fato relacionada ao movimento interseccional quando a estudiosa de direito afro-americana Kimberlé Crenshaw difundiu o termo academicamente trazendo um marco histórico para interseccionalidade. Entretanto, Hill Collins e Bilge discordam da visão de que a interseccionalidade começou a partir do momento que foi nomeada, pois a escolha desse ponto de

origem específico acaba por apagar o período anterior, quando houve uma forte colaboração entre investigação crítica da interseccionalidade e uma práxis crítica.

Há uma descrição genérica e prática, conhecida por muitos, que apresenta a interseccionalidade como uma investigação sobre as relações interseccionais de poder que influenciam as relações em sociedade marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Considerando que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Hill Collins; Bilge, 2020)

Essa definição prática descreve o principal papel para o entendimento da interseccionalidade, do qual as relações de poder, em determinado tempo e sociedade, que envolvem raça, classe e gênero, não se manifestam como entidades distintas, individuais e mutuamente excludentes. Apesar de invisíveis, essas relações de poder afetam todos os aspectos do convívio social e de fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada.

Apesar das discussões sobre seu significado, e até se é a melhor escolha, “interseccionalidade” é o termo consagrado. Trata-se de uma expressão cada vez mais usada pelos atores sociais que, por sua vez, aplicam a uma variedade de usos seu próprio entendimento de interseccionalidade. Apesar de todas as diferenças, essa definição ampla sinaliza um consenso sobre como se entende a interseccionalidade. (Hill Collins e Bilge, 2020, p. 17)

Nesse sentido, podemos refletir as ações afirmativas e movimentos político-feminista com base na interseccionalidade relacionando-os a desigualdade social global e desigualdade social econômica. Diante disso, em vez de observarmos as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

A interseccionalidade pode mudar a forma como enxergamos questões de emprego, renda, riqueza e todos os principais indicadores de desigualdade econômica. As diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho e benefícios relativos à aposentadoria não refletem da mesma maneira sobre os grupos sociais; essa discriminação no mercado de trabalho, empurra algumas pessoas a empregos de meio período e salários baixos, sem horas fixas e sem benefícios, ou, na pior das hipóteses, as torna estruturalmente desempregadas, o que afeta diferencialmente as mulheres, principalmente as mulheres negras, pobres, latinas e aquelas que sofrem uma vulnerabilidade diferenciada. Como afirmam as pesquisadoras Hill Collins e Bilge (2020, p.35):

Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais. As fábricas se deslocaram, deixando poucas oportunidades para quem não pode se dar ao luxo de se mudar. Muitas pessoas vêm de gerações familiares que se mantiveram pobres, porque não conseguem um salário decente que lhes garanta segurança de renda.

Nesse sentido, a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza, pois está diretamente conectado às categorias de raça, gênero, idade e cidadania. A lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados, não sendo apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero. Assim,

Medir a desigualdade econômica por dados sobre famílias, e não sobre indivíduos, ajuda a documentar a disparidade de riqueza entre famílias com diferenças raciais e explícita a situação de famílias chefiadas por mulheres solteiras de todas as raças. Análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero. (Hill Collins; Bilge, 2020, p. 36)

Isto posto, a interseccionalidade é um caminho para analisarmos os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção da desigualdade econômica entre pessoas que vivenciam seus marcadores de raça, classe, sexualidade e gênero. O foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. Do qual a desigualdade econômica global ilustra como argumentos somente de classe podem ser insuficientes para

explicar a crise social global e quais análises interseccionais que examinam relações entre classe, raça, gênero e idade podem ser valiosas. A relacionalidade, tão importante para as ações afirmativas feministas, assume várias formas dentro da interseccionalidade e é encontrada em noções como as de “coalizão” e “diálogo”.

Para Hill Collins, a essência de uma coalizão tem a ver com as questões que cada sujeito traz para as ações, movimentos e reuniões feministas, mas como isso vai ser recebido não é algo que podemos controlar. Essa temática é trabalhada, junto com a interseccionalidade, na exposição audiovisual *Raça, gênero e classe: coalizões políticas* (2019)². Uma noção importante para entendermos as políticas de coalizão é a escuta, pois os sujeitos escutam apenas o que querem ou o que convém, isso se faz relevante quando:

Deixe-me usar o exemplo de uma sala de aula: o que acontece em muitas escolas, é que as ideias de uma mulher negra ou um livro como *Interseccionalidade* entra para a grade curricular de um curso majoritariamente branco, adentrando em um espaço também branco, logo, esse é um espaço previamente privilegiado. Trata-se de um espaço de mulheres brancas que querem aprender sobre as mulheres negras, essa é uma ação válida e correta, mas sendo mulheres brancas irá surgir a problemática da branquitude e com isso a necessidade de se refletir como as ideias e experiências das mulheres negras estão sendo consumidas e absorvidas por essas mulheres brancas. (Hill Collins, 2019)

Isso ocorre e se torna uma problemática da escuta pois muitos sujeitos assumem que se não há mulheres negras em um ambiente ou se não há livros escritos/que apresentam a experiência de pessoas negras em uma grade curricular, isso torna esse espaço um lugar não racializado, afinal não há uma pessoa ou representação negra no ambiente, e apenas haverá a necessidade de discutir essas questões quando uma pessoa negra estiver ocupando esses lugares. Mas, ao contrário, o racismo opera dentro dessas formas de segregação que bloqueiam certos tipos de questionamentos, observações e sentimentos em espaços brancos, a menos que mulheres negras ou outros grupos entrem nesses espaços e levantem certos questionamentos.

² Hill Collins, Patricia; TV Boitempo. *Raça, gênero e classe: coalizões políticas* | PATRICIA HILL COLLINS. Youtube, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i12FyjinY9k>> Acesso em: 26 jul. 2023

Isto posto, qualquer coalizão que se preze deve dar um passo para traz e observar as próprias práticas. Os sujeitos aprendem o que eles estão dispostos a aprender. É necessário trazer e questionar problemáticas sobre poder, identidade, privilégio, raça, questões de gênero e sexualidade. Para que uma coalizão, particular ou aberta, ocorra de maneira satisfatória a escuta se faz extremamente importante, como exercer o ato da fala ou trazer questionamentos. Questionar a si mesmo e os próprios privilégios também faz parte dessa ação. Dessa maneira, uma coalizão é interseccional em sua essência porque articula diversos temas/problemáticas em uma conversa/discussão, podendo fazer parte ativa de ações e movimento político-feminista que tenha o objetivo de englobar as diversas mulheres, levando em consideração as experiências e vivências de cada uma para que assim possamos nos movimentar em conjunto, buscando por uma vida mais possível de ser vivida.

Conclusão

Com a chegada da terceira onda feminista, quando nos referimos as mulheres estamos nos referindo as mulheres em sua multiplicidade, ou seja, aquelas que se identificam como mulheres e aquelas com seus marcadores de raça, classe, sexualidade e gênero (entre outros). Mas, apesar dos diversos avanços conquistados pelo ativismo feminista, ainda se mantém, de maneira insistente, uma universalização da categoria mulher, que recai e afeta as mulheres, as ações político-feminista e seus desdobramentos. Traçando um caminho teórico-crítico junto a Judith Butler, desenvolvemos uma reflexão que expõe o desmonte da categoria mulher, a crítica à metafísica da substância e a maneira como essas noções se aplicam nas ações e movimentos político-feminista, agregando a importância dos estudos interseccionais na luta feminista, nas análises sociais e nas coalizões políticas, com base em Patricia Hill Collins.

Assim, através da interseccionalidade podemos refletir a complexidade do ativismo feminista, sempre respeitando e preservando as vivências e experiências de cada mulher, como também dos grupos que essas mulheres fazem parte, buscando apresentar como a problemática do universalismo ainda é uma luta presente, seja no movimento feminista como um todo, seja dentro dos múltiplos grupos. E para que isso seja repensado, é necessário estudos feministas que explore as afirmações totalizantes de uma sociedade significativamente masculinista, ao mesmo tempo que

permanece autocrítica aos gestos universalizantes do próprio feminismo, do qual a noção de coalizões políticas, tanto de Butler quanto de Hill Collins, nos mostra um caminho possível para que isso ocorra através do diálogo, da escuta e dos questionamentos, podendo ser aplicada principalmente no ativismo feminista prático, nas ações e movimentos.

Em vista disso, realizamos uma mudança enriquecedora quando respeitamos as teorias de diversas estudiosas do feminismo para desenvolvemos uma pesquisa sobre as mulheres, suas lutas e conquistas. Empenhando-se para entender a importância de cada estudo, pesquisa e análise, como isso contribui para as vivências das mulheres enquanto um grupo e a vivência particular de cada uma, seja desenvolvendo uma teoria crítica ou refletindo junto e além daquilo já estudado. Discorrer acerca da multiplicidade das mulheres é válido para todos, a universalidade não tem lugar na luta feminista e muito menos a noção de mulher/sujeito único e original. E para aqueles que permanecem insistindo no gesto globalizante, invocando a categoria normativa e excludente de mulher, desconsiderando os marcadores de raça, gênero, sexualidade e o social, apenas conseguem manter essa crença regulatória com muita facilidade pois as dimensões não consideradas de classe, raça, gênero e sexualidade permanecem intactas.

Referências Bibliográficas

BUTLER, J. **Corpos Em Aliança e a Política das Ruas: Notas para Uma Teoria Performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

DE MACEDO DUARTE, A. Crítica e coalizão: repensar a resistência com Foucault e Butler. **Revista de Filosofia: Aurora**, v. 52, n. 31, p. 32–50, 2019.

HILL COLLINS, P. TV BOITEMPO. **Raça, gênero e classe: coalizões políticas** | PATRICIA HILL COLLINS. **YouTube**, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i12FyjinY9k>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. **Interseccionalidade**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2020.

RECKE, A. L. **A Crítica à Metafísica da Substância na Teoria de Identidade de Gênero em Judith Butler**. ISBN 978-85-349-5024-4 ed. São Paulo: Editora Paulus, 2019. p. 49.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10–31, 2021.